

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E OFICINAS CULTURAIS POPULARES

NON FORMAL EDUCATION AND POPULAR CULTURAL WORKSHOPS

Márcio Silveira dos Santos¹

RESUMO

No presente texto realizo uma breve reflexão sobre a importância da Educação não formal, procurando contribuir para o campo de ensino em instâncias não governamentais. Para tal, percorro processos históricos entre a Educação não formal e as práticas de oficinas culturais populares, investigando possíveis conexões. Como esteio teórico, utilizo os estudos de Maria da Gloria Gohn, Maria Wortmann, Augusto Boal, Henry Giroux, Kenneth Thompson, Antônio Gramsci, entre outros.

Palavras-chave: Educação não formal. Oficinas culturais. Artes.

ABSTRACT

In this text I briefly reflect on the importance of non formal education, seeking to contribute to the field of teaching in non governmental bodies. To this end, I explore historical processes between non formal education and the practices of popular cultural workshops, investigating possible connections. As a theoretical basis, I use the studies of Maria da Gloria Gohn, Maria Wortmann, Augusto Boal, Henry Giroux, Kenneth Thompson, Antônio Gramsci, among others.

Keywords: Nonformal education. Cultural workshops. Art.

¹ <http://lattes.cnpq.br/5107444553588269>.

Introdução

Procuro tecer neste texto um breve histórico e relato sobre as práticas de ensino não formal, em instâncias que promovam oficinas de cultura popular. Como suporte teórico utilizo obras de autores como Maria da Glória Gohn, Maria Wortmann, Augusto Boal, Henry Giroux, Kenneth Thompson, Antônio Gramsci, junto a outros autores. O que resultou num texto cujo escopo central se caracterizou um tanto pelo lado “mais engajado politicamente, focalizando a relação entre cultura e formas de poder, especialmente os conflitos entre uma cultura dominante e várias subculturas” (Thompson, 2005, p. 16).

Educação não formal

A Educação não formal é caracterizada como aquela que ocorre fora do ambiente escolar. Atua como um conjunto de processos para a participação de sujeitos e de grupos em áreas como relações comunitárias. Em tempo, importante mencionar que o presente texto não visa provocar desconfortos entre as modalidades de ensino formal e não formal, pois concordo com Maria da Gloria Gohn quando nos diz que:

Os programas e projetos da educação não formal devem cruzar, atuar e potencializar a educação formal, não como mera complementação, mas como diretriz estruturante. Para isso, precisa que haja uma compreensão por parte dos gestores das políticas públicas, sobre a necessidade da articulação do formal com o não formal. (GOHN, 2020, p. 13).

Voltemos no tempo para verificar um pouco as mudanças. Nos anos 1970, era considerada como uma atividade educacional levada a acontecer fora do sistema formal, visando propiciar determinados tipos de aprendizagem a subgrupos particulares da população, sejam estes adultos ou crianças. Geralmente ligados à alfabetização de massa como forma de inserção no contexto sociopolítico do país.

Nos anos 1980, a situação piorou, a educação não formal foi um campo de menor

atenção no Brasil, tanto nas políticas públicas quanto entre os educadores. Todas os olhares sempre estiveram centrados na educação formal, desenvolvida nos aparelhos escolares institucionais.

Já nos anos 1990, a educação não formal passou a ter mais destaque em função das mudanças econômicas, sociais e relativas ao trabalho. Passaram a ser valorizados encontros e atividades extraescolares como forma de ressaltar a importância das ações dos sujeitos.

Outros fatores foram fundamentais para a mudança, na aceitação da educação não-formal. Em 1990, na Tailândia, ocorreu uma conferência promovida pela ONU e a UNESCO, de onde foram produzidos dois documentos, a “Declaração mundial sobre educação para todos” e o “Plano de ação para satisfazer necessidades básicas de aprendizagem”. Os documentos trouxeram luz as experiências de ONGs e programas de educação, pois definiam ferramentas essenciais para a aprendizagem e os conteúdos básicos – teóricos e práticos – além de valores e atitudes para o desenvolvimento da capacidade humana. Esses documentos ampliaram o campo da educação para outras dimensões além da escola.

A conferência adotou uma concepção de saber que se refere à aptidão das pessoas para atuar efetivamente, ou seja, sua capacidade para realizar ações competentes. Nesta concepção, o conhecimento adquirido é observado através da maior ou menor habilidade com que a pessoa age na vida familiar, comunitária, social, econômica, política e cultural. A habilidade implica ‘hábito’ e supõe a disponibilidade imediata e automática de executar o aprendido no cotidiano. Do mesmo modo, a capacidade de ação competente tem uma conotação de valor que também pode ser observada: ‘sabe’ aquele que, com sua ação, contribui para a melhoria do mundo, entregando e oferecendo aos que o rodeiam uma vida mais digna e um melhor bem-estar. Nesta concepção de ‘saber’ aparecem, então, profundamente entrelaçadas, as dimensões éticas, espirituais, sociais e materiais da vida humana. (GOHN, 1992, p. 93).

E foi justamente na década de 1990 que aconteceu o “boom” das Organizações Não Governamentais de cunho sociocultural. Surgiram muitas ONGs ligadas a movimentos sociais e de grande atividade no âmbito educativo comunitário, na área da educação em comunidades indígenas e rurais. Todo o caminho trilhado então, se

mostrava “[...] sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade”. (GOHN, 2020, p. 12).

Diante das crises econômicas e do desemprego em massa, devido às políticas da globalização mundial, as ONGs passam a ter grande importância como instituições que possuem conhecimentos de estratégias, programas de ações, estimulando o trabalho voluntário e de revalorização das culturas locais, resgatando o diálogo e a troca de conhecimento entre as comunidades atendidas.

O contexto das crises sociais e de desemprego, provocados por um poder hegemônico calcado na exclusão social, desestabilizando uma estrutura de mercado de trabalho, provocou uma nova ordem mundial. Este reconfigurado cenário passou a exigir novas habilidades por parte dos trabalhadores e trabalhadoras. “Cobrou-se” da classe trabalhadora um novo perfil “globalizado”, sendo necessário saber planejar e administrar sua vida e carreira, dominar habilidades de comunicação, trabalhar em equipe, ter raciocínio rápido, capacidade de tomar decisões e medidas, assumindo responsabilidades, vivendo em sociedade exercendo o papel de cidadãos. Uma série de qualidades, urgentes, que distorceram a realidade social e contexto cultural destes indivíduos.

Embora estas exigências fossem tentativas de distorções das reais necessidades dos cidadãos, como as de se viver em uma sociedade mais justa e digna, as ONGs e entidades comunitárias passaram a buscar formas de possibilitar a transformação dos cidadãos, em sujeitos capazes de tais qualidades por meio do ensino não formal. As entidades começam a criar e promover cursos práticos e teóricos de aperfeiçoamento e capacitação dos trabalhadores. Como cursos de marcenaria, padaria, elétrica, mecânica, informática, comunicação, artesanato etc. Tudo, no entanto, visando ao mercado de trabalho. Uma formação tecnicista.

Por outro lado, para que os trabalhadores desenvolvessem/ampliassem a capacidade de abstração, de criatividade, de reflexão, do prazer estético, os cursos profissionalizantes não bastavam, pois o mercado de trabalho na maioria das vezes

ignorava “a cultura, as habilidades de linguagem e os temas que permeiam e dignificam a vida diária das classes populares” (GIROUX, 1983, p. 81).

Desta forma, entidades comunitárias passaram a desenvolver também oficinas de artes, como alternativa para suprir a carência dos cidadãos por lazer e cultura. Nesse sentido também de praticar as linguagens artísticas e a liberdade de expressão. As opções foram oficinas de teatro, música, artes visuais, canto. Linguagens artísticas de grande proximidade com as camadas sociais oprimidas e que propiciam também a troca de conhecimento e informação.

Oficinas culturais populares

As oficinas culturais populares de artes existiam desde a década de 1960. Surgiram com os Movimentos de Cultura Popular no Nordeste e depois se alastraram pelo país através da UNE - União Nacional dos Estudantes que criou os CPCs - Centro Popular de Cultura - cujo grande articulador e divulgador foi Oduvaldo Vianna Filho “O Vianinha”, dramaturgo e ator que combateu por meio de sua arte, todo um regime ditatorial e opressor, juntamente com outros artistas engajados da época. Havia um sentimento de que era essencial levar a cultura ao povo que se manifestava através de sindicatos e associações, de seus jornais, de suas organizações. Essa prática retomava o antigo ideário do Teatro Paulista dos Estudantes, pois através da popularização da arte, queriam chegar as massas que não possuíam acesso a arte, como disse Vianinha mais tarde:

Ao mesmo tempo em que nós bebíamos das classes trabalhadoras todas as informações sobre a sua situação, sobre as suas condições de lutas, sobre as suas aspirações (e essa era uma coisa não literária, mas vivida, uma coisa real), nós tínhamos possibilidade de tentar levar a elas os instrumentos culturais que são privilégio de setores minoritários na sociedade. (VIANINHA *apud* MORAES, 1991, p. 13).

Nos CPCs aconteciam oficinas, palestras, debates, apresentações, conferências e

todo tipo de atividade que viesse a contribuir para a conscientização da população.

Ainda nos anos 1960, Augusto Boal, foi referência de um teatro popular de lutas, principalmente com as técnicas do seu “Teatro do Oprimido” - um teatro voltado para a discussão das necessidades sociais, que indica alguns caminhos pelos quais a população reassume sua função de protagonista no teatro e na sociedade oprimida. Boal é ponto fundamental para quem se propõe trabalhar com teatro nas oficinas culturais nas periferias. Suas técnicas e jogos teatrais são chamados de “exercícios e jogos para o ator e o não-ator com vontade de dizer algo através do teatro”. Uma destas técnicas é o “*Teatro-jornal*” que consiste em utilizar matérias da mídia impressa como mote para improvisações teatrais seguidas de debates e reflexões mais aprofundadas sobre os temas vigentes no mundo.

Unindo estas linhas práticas e pedagógicas, diante de uma sociedade cada vez mais competitiva, individualista e violenta, a educação não-formal fortificou-se durante décadas, propiciando novos caminhos tanto a partir do trabalho de Boal, como também da pedagogia que influenciou Boal, a “Pedagogia do Oprimido” de Paulo Freire - uma prática educativa calcada na necessidade de transformação, da reinvenção do mundo em favor das classes oprimidas. São caminhos de formação pela arte que acredito ser possível dizer que houve aí uma legitimação da educação não formal, enquanto processo de educação eficaz e necessária.

As oficinas culturais de artes na educação não formal, num universo maior de ações são parte integrante da chamada “cultura popular”

Quando se fala em cultura popular, acentua-se a necessidade de pôr a cultura a serviço do povo, isto é, dos interesses efetivos do país. O que define a cultura popular é a consciência de que a cultura tanto pode ser instrumento de conservação, como de transformação social. Cultura popular é, portanto, inicialmente, consciência revolucionária, um tipo de ação sobre a realidade social. (ARANTES, 1982).

Assim o homem que pratica ou consome cultura através de oficinas de artes passa também a estar mergulhado nas discussões e reflexões políticas e socioculturais. Ele passa a agir e exercitar a capacidade intelectual do ser humano. Ninguém está fora

das provocações que a arte promove nas oficinas. Segundo Gramsci, todos os homens são intelectuais (...); mas nem todos desempenham na sociedade a função de intelectuais (GRAMSCI, 1989, p.19).

É preciso algo a mais que faça a diferença. Nas oficinas de arte os cidadãos assumem uma responsabilidade social. Como intelectuais, pensam e agem, desenvolvem novas ideias e encontram novos caminhos, como alternativas de soluções para determinadas crises sociais e econômicas. E é nesse sentido que a Educação não formal encontra sua potência enquanto instrumento de tomada de consciência crítica e estética dos alunos. Diferente de alguns espaços formais, que se baseiam numa educação bancária, numa “concepção dominante que desvaloriza essa modalidade de ensino, como aquelas vindas dos meios de comunicação e do senso comum, já que consideram como não pertencente a área da educação o que não é “escolarizável”. (SIMÃO, 2022, p. 52).

No campo da Educação não formal há caminhos educacionais que formam cidadãos capazes de exercitar a “reflexão crítica e a discriminação em relação à cultura popular e à mídia de massa numa sociedade cada vez mais diversa e num mundo em transformação”. (THOMPSON, 2005, p. 29). O cidadão evolui à medida que reflete sobre os fatos e toma determinadas atitudes. Numa oficina de teatro do oprimido, por exemplo, com o Teatro jornal, o trabalho com as notícias publicadas na mídia impressa e online, servem de mote para a reflexão através de jogos e improvisações teatrais.

A educação não formal envolve a aprendizagem política dos direitos do indivíduo enquanto cidadão, isto é, o processo que gera a conscientização dos indivíduos para a compreensão de seus interesses e do meio social e da natureza que o cerca, por meio da participação em atividades grupais. (GOHN, 1999, p. 98).

Participando das oficinas de teatro como prática educativa o sujeito desenvolve essa aprendizagem. Também passa a ter uma capacitação para o trabalho, pois o jogo e a improvisação teatral exigem raciocínio rápido, expressão corporal e verbal, comunicação e consciência da necessidade de trabalho em grupo. Há o despertar e o

aperfeiçoamento das potencialidades, outrora adormecidas. O discente passa a ter uma melhora na organização no espaço de formação, nas relações sociais e em outras atividades do cotidiano.

Como a Educação não formal ocorre geralmente em espaços alternativos, ela pode ocorrer em associações de moradores, clubes esportivos, centros sociais, jardins, quadras de esportes, ginásios, igrejas, ruas, praças, parques, centros comunitários, sindicatos e ONG's. Segundo Thompson, refletindo a partir das ideias de Michael Foucault, "temos as instituições educacionais como locais de governabilidade preocupados com a formação de cidadãos capazes de modos de conduta autorreflexivos e de competências éticas". (THOMPSON, 2005, p. 28)

Outro ponto a destacar na Educação não formal é a cidadania pensada em termos coletivos. A aprendizagem por meio da prática artística, os discentes, por meio das improvisações e discussões do que é praticado, desenvolvem a cidadania, participam de uma aprendizagem coletiva, absorvem conteúdos e conhecimentos gerado por meio de suas vivências. Buscando soluções para os problemas propostos pelo professor e pelos colegas através de matérias de jornais, o aluno

Transforma-se em protagonista, passando de objeto a sujeito, de vítima a agente, de consumidor a produtor de cultura; e luta ainda para conseguir que, uma vez transformado, o espectador tenha melhores condições para preparar ações reais, essencialmente sociais. (BOAL, 1980, p. 15-16).

Uma oficina de artes, em uma instância de ensino não formal, como o teatro, se torna um instrumento de reflexão que propicia aos alunos momentos fundamentais para a aquisição de novos saberes, através da comunicação corporal, verbal, um mundo se revela aos olhos do praticante.

Considerações

A guisa de considerações, vale lembrar que a Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB, de 1996, abriu caminho institucional aos processos educativos que ocorrem em espaços não formais, como os exemplos citados aqui, ao definir a educação como aquela que abrange “processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (Art. 1º, LDB, 1996).

Assim, o intento aqui proposto, enquanto reflexão sobre os caminhos da Educação não formal, foi o de mostrar a importância da educação não formal na formação do ser humano e chamar a atenção para a necessidade de buscarmos uma maior integração entre as práticas educativas formais e não formais. No intuito de promover caminhos investigativos para uma educação que defenda realmente os direitos sociais e culturais, as identidades e a diversidade da população brasileira. Possibilitando quiçá um mundo onde, de fato, os valores humanos sejam o eixo principal da educação, do respeito as diferenças e do viver.

Referências

ARANTES, Augusto. *O que é Cultura Popular*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

BOAL, Augusto. *Teatro do Oprimido*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

GIROUX, Henri. *Pedagogia Radical*. São Paulo: Cortez, 1983.

GOHN, M. G. Educação não formal: direitos e aprendizagens dos cidadãos (ãs) em tempos do Coronavírus. *Humanidades & Inovação*, Palmas, v. 7, n. 7.7, p. 9-20, 2020.

Disponível

em:

<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3259>.

Acesso em: 20 nov. 2022.

GOHN, Maria. *Movimentos Sociais e Organizações Não Governamentais no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1992.

GRAMSCI, Antônio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

MORAES, Dênis de. *Vianinha Cúmplice de uma Paixão*. Rio de Janeiro: Editora Nórdica, 1991.

SIMÃO, Selma Machado. *Educação não formal, ensino de arte e comunidade: experiências voltadas ao enraizamento*. Cad. Cedes, Campinas, v. 42, n. 116, p.51-60, Jan.-Abr., 2022.

Disponível em

<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/vvHfyHnkhn6Gtb986KCcg5t/?format=pdf>.

Acesso em: 20 nov. 2022.

THOMPSON, Kenneth. *Estudos Culturais e Educação no Mundo Contemporâneo*. In: SILVEIRA, Rosa Maria Hessel (Org). *Cultura, poder e educação: um debate sobre estudos culturais em educação*. Canoas: Editora da ULBRA, 2005.

WORTMANN, Maria L. C. *Algumas Considerações Sobre a Articulação entre Estudos Culturais e Educação (e sobre algumas outras mais)*. In: SILVEIRA, Rosa Maria Hessel (Org). *Cultura, poder e educação: um debate sobre estudos culturais em educação*. Canoas: Editora da ULBRA, 2005.